



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
CONSELHO CONSULTIVO DO PARNA DE SÃO JOAQUIM
PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezoito, nas dependências da Escola Fundamental Padre Heribert Borgert no Distrito de Aiurê, Município de Grão Pará, neste Estado, foi realizada a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PNSJ, iniciando-se às quatorze horas e quinze minutos. Compareceram: Sr. Paulo Santi Cardoso da Silva, analista do ICMBio, chefe do PNSJ, Sra. Ana Luiza C. B. Figueiredo, nova analista ambiental lotada no PNSJ, o Sr. André Luiz Fernandes e Sra. Vanessa Matias Bernardo, representantes titular e suplente da Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/ antiga FATMA), Sr. André Luis Klein e Sr. Joacir Brighente, representantes titular e suplente da Fundação de Meio Ambiente de Orleans (FAMOR), Sr. Sérgio Sachet Júnior representante titular do Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza (ISECON), o Sr. Jaime Kemper, representante titular das localidades de Barrinha do Aiure, Capivaras Alta e Serra Furada no Município de Grão – Pará, a Sra. Eliana S. Alves, representante suplente da Associação de Proprietários de RPPNS de Santa Catarina. Como participantes externos assinaram a lista de presença, o Sr. José Kemper munícipe de Grão Pará, Sr. Marcelo Ling da empresa de consultoria DETZEL, Sr. Ricardo Bueno, Sr. Ricardo Garcia, representante da Federação de Montanhismo e Escalada de SC (FEMESC) , Sr. João Kemper, Sr. Lauro Kemper, Sr. Ademir Bonett munícipe de Grão Pará, Sr. Leo Matei Baschiroto, montanhista e munícipe de Orleans e a Sra Rosana de O. Souza, representante da Associação dos Vizinhos do Morro da Igreja (AMI). O Sr. Paulo Santi Cardoso da Silva deu início à reunião se apresentando ao Conselho e pedindo que se apresentem. **1 -Aprovação da ATA da 20ª Reunião do Conselho Consultivo do PNSJ.** A ATA foi aprovada e assinada seguindo-se à pauta. **2. Apresentação do estudo para implementação de Parceria Ambiental Público Privada (PAPP) no PNSJ.** Sr. MARCELO LING (DETZEL) explica que vai apresentar resultados preliminares pois ainda serão feitos ajustes e novas análises. Relata que o trabalho foi iniciado em janeiro de 2018 e a equipe é composta pela empresa de consultoria DETZEL de Curitiba, que trabalha em parceria com OECON e Escritório de Advocacia Camargo e Gomes. Contextualiza a idealização dos estudos de PAPP pelo ICMBio, sendo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) o órgão executor. Apresenta a equipe de trabalho envolvida nos estudos do PNSJ. Contextualiza a dificuldade orçamentária e de gestão das Unidades de Conservação (UCs) enfrentadas pelo ICMBIO, em virtude do tamanho do território e da complexidade dos trabalhos sob responsabilidade desta instituição. Apresenta o potencial turístico das UCs e alguns dados sobre os impactos econômicos da visitação em 2015: 43 mil empregos, 1 bilhão em renda, 4,1 milhões em vendas e 1,5 bilhão adicionado ao PIB. Explicou que é neste contexto que está se pensando em PAPPs, especialmente voltadas à melhoria e ordenamento da visitação em UCs. No caso do PNSJ o objetivo é “delegar o uso de bem público à realização de atividades e serviços de apoio à visitação”. O Programa foi idealizado em 3 fases. FASE 1. Panorama socioambiental e do uso público, análise de mercado regional,

propostas preliminares de parcerias e arranjos institucionais e jurídicos preliminares; FASE 2. oficina participativa, modelagem econômica de parcerias ambientais, estudo de viabilidade econômico financeira; FASE 3. Modelagem jurídica. Panorama do Uso Público no PNSJ: 2017 quase 120mil visitantes, sazonalidade da visitação concentrada nos meses de inverno; foi feita uma pesquisa de mercado concentrada em turistas e visitantes, agentes e operadores de turismo. Eliana Alves (Assoc. RPPN Catarinense) questiona sobre a abrangência da pesquisa de mercado e MARCELO LING (DETZEL) esclarece que foi feita em abrangência nacional, mas sem análise estatística. MARCELO LING (DETZEL) apresenta algumas informações resultantes da aplicação dos questionários tais como principais problemas que afetam a comercialização do PNSJ, quais as preferências por atrativos, principais motivações para visitação, preferências em relação a consumo de produtos, reputação online, entre outros. Em seguida apresenta as Propostas de operações de apoio à visitação no PNSJ: **Operação 1 – Centro de visitantes e serviços Associados** – 4 alternativas : **Alternativa A:** Estrada Geral do Morro da Igreja, km9 (dentro do PNSJ); **Alternativa B:** Sede Administrativa do PNSJ, centro de Urubici (fora do PNSJ); **Alternativa C:** Ambos os locais; **Alternativa D:** Terreno no centro de Urubici (fora do PNSJ). **Operação 2 – Transporte Morro da Igreja** – 3 alternativas: **Alternativa A:** Sede Administrativa do PNSJ, centro de Urubici (fora do PNSJ); **Alternativa B:** Rodovia SC-370 (km 0); **Alternativa C:** Estrada Geral do Morro da Igreja, km 9 (dentro do PNSJ). **Operação 3 – Recanto Santa Barbara:** Operação e exploração comercial do Recanto Santa Bárbara e serviços associados. Em relação à concessão no Morro da Igreja, Sergio Sachet (ISECON) questiona sobre a responsabilidade da empresa em realizar a manutenção de outras trilhas próximas ao Morro da Igreja, tais como as trilhas da região do Rio do Bispo, que também podem começar saindo a partir da área concessionada, sugerindo que isso seja levado em consideração. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) explica que isso pode ser redimensionado e que a travessia Morro da Igreja/ Rio do Bispo consta no PAPP, mas que inicialmente foram priorizadas algumas áreas. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) reforça que é uma delegação de uso de bem público e todo o trabalho tem que ser em cima de áreas já indenizadas. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) exemplifica que no Parque Nacional do Iguaçu por exemplo existia a previsão de ampliação das áreas concessionadas e que isso vem acontecendo e que no caso do PNSJ haverá outros momentos de discussão antes da publicação do edital para novas contribuições. MARCELO LING (DETZEL) explica que o delegatário tem que pagar outorga, direito de uso, recurso que pode ser usado para manutenção das demais trilhas, ou o delegatário pode também apresentar outras propostas e pequenos planos de negócio que podem ser incorporados na delegação. Ricardo Garcia (FEMESC) alerta que desta forma, contudo, incluir outras trilhas ou atrativos vai depender do interesse do delegatário. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) explica que essa delegação não significa que todas as atividades do Morro da Igreja serão delegadas. Sergio Sachet (ISECON) fala que este trabalho atropelou o trabalho da Câmara Técnica de Uso Público do Conselho, que ainda precisa elaborar o Plano de Uso Público (PUP) do Parque, e que o PUP deveria ser anterior a esta consultoria. MARCELO LING (DETZEL) explica que foi uma questão de oportunidade e que era preciso atender ao prazo para executar o recurso internacional que foi alocado para este Projeto. Em relação às análises de viabilidade econômico financeiras das operações, MARCELO LING (DETZEL) apresenta resultados parciais a partir de 14 cenários de análise para delegação. Esclareceu que o prazo de análise foi de 15 anos e que segundo as análises os Centros de visitantes são viáveis, contudo, como a orientação é a concessão em

Santi

Lyone Ling

R

foacin

2

“lote”, o único cenário viável seria o Centro de visitantes - Alternativa B (em Urubici) - consorciado ao transporte único para o Morro da Igreja - Alternativa C. Do ponto de vista jurídico a melhor forma de delegação é a concessão que possibilita a cobrança de outorga e chamamento público e não há contrapartida pecuniária do Poder Público. Eliana Alves (Assoc. RPPN Catarinense) questiona sobre o transporte único ficar a cargo de uma única empresa e alertou sobre os problemas que esta opção pode causar com a comunidade local. Sergio Sachet (ISECON) relembra que já foi conversado sobre a Associação de Vans fazerem o transporte, mas da forma como está desenhado eles ficariam fora, e pergunta sobre a possibilidade de ser feita a concessão do centro de visitantes e outra modalidade como autorização para a associação fazer o transporte para o Morro da Igreja. MARCELO LING (DETZEL) explica que é uma questão complicada, reitera que a orientação é fazer a delegação em lote e explica que no caso de outro instrumento como autorização a gestão do contrato fica sobre responsabilidade do gestor local. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) reitera que a autorização é um instrumento precário e muito instável. MARCELO LING (DETZEL) informa que diante dos resultados apresentados, a DETZEL vai realizar outras análises considerando: o redimensionamento das edificações do Centro de Visitantes no interior do PNSJ (um centro menor, modular); a delegação do transporte com operação reduzida (somente na alta temporada e feriados); composição de 17 cenários de análise; modelagem econômico financeira dinâmica. Eliana Alves (Assoc. RPPN Catarinense) fala da importância desse redimensionamento da estrutura, cita exemplo da estrutura de recepção de Aparados da Serra, que é enorme e ociosa; que as pessoas não visitam à procura do centro, por onde costumam passar muito rápido, as pessoas querem fazer trilha e ficar em contato com a natureza; que não visualiza este cenário apresentado como melhor opção pois serão mantidos vários problemas que já existem. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) também considera que o Centro de Visitantes tem que ser dentro da UC e trabalhar com transporte único em dias e períodos específicos de topo de visitação. Concorda também com o redimensionamento do Centro de visitantes. Eliana Alves (Assoc. RPPN Catarinense) questiona sobre o prazo para apresentar os resultados destas novas análises e MARCELO LING (DETZEL) informa que esta remodelagem do trabalho inicial será entregue o mais rápido possível, os estudos já estão em fase de finalização. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) fala da importância de avançarmos na Publicação do Plano de Manejo, do contrário não poderemos dar prosseguimento neste trabalho e em outros importantes para a UC. Até mesmo as obras que estão previstas na estrada do Morro da Igreja podem não sair por conta da não publicação do Plano de Manejo. MARCELO LING (DETZEL) informa que todo investimento na concessão é reversível, ou seja, toda estrutura e investimento feito depois será do poder público. Sergio Sachet (ISECON) pergunta se existe a possibilidade de uma análise de viabilidade por mais de 15 anos e MARCELO LING (DETZEL) esclarece que é uma análise possível, mas trata-se de uma definição institucional e que contratos de muito longo prazo podem também trazer problemas. Sergio Sachet (ISECON) reitera a importância de o centro ser no parque para trabalhar a questão da conscientização do visitante de que a área é um Parque, porque os visitantes não sabem que é um Parque Nacional. **3. Plano de Manejo do PNSJ.** Paulo Santi (Chefe do PNSJ) fala sobre o Plano de Manejo que está há 7 meses na Diretoria de Criação e Manejo de UCs e na Presidência do ICMBio. Explica sobre o PL 10.082 e PLS 208/2018 que propõem redelimitação do PNSJ e a pressão da bancada catarinense para não aprovação do Plano de Manejo até que seja



aprovado o referido PL. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) relembra que na última reunião o Conselho do PNSJ fez uma moção para o presidente Ricardo Soavinsky. Foi feita a leitura da resposta dada pelo Presidente do ICMBio (SEI 3232322) em que o mesmo informa a intenção de publicação do Plano de Manejo em maio de 2018. No entanto, diante do cenário político atual, não foi dado encaminhamento à publicação. Sergio Sachet (ISECON) sugere que a questão seja encaminhada para o Ministério Público por meio de manifestação do Conselho Consultivo do Parque. Ana Luiza Figueiredo (ICMBio) fala que a estratégia é legítima e necessária, contudo, acha que o Conselho deve avaliar a melhor forma de encaminhar o documento. Em última análise, uma moção encaminhada ao Ministério Público pelo Conselho Consultivo questionando o ICMBio sobre a publicação do Plano de Manejo significa o Presidente do Conselho, e, portanto, o Chefe da UC, colocando a própria Instituição no Ministério Público sendo que até o presente momento o ICMBio fez o papel técnico que lhe cabe de elaboração do Plano de Manejo. Ana Luiza Figueiredo (ICMBio) coloca este ponto de vista para avaliação por parte do Conselho, dada a complexidade da situação. Seguiu-se um debate na plenária sobre a melhor forma de encaminhar a demanda. Ficou encaminhado que Paulo Santi (Chefe do PNSJ) fará uma consulta a Brasília sobre a demanda do Conselho de pressionar via Ministério Público a publicação do Plano de Manejo. Eliana Alves (Assoc. RPPN Catarinense) sugere que as instituições presentes e a favor do pedido que se articulem em uma ação independente e desvinculada do Conselho, o que poderia fortalecer o pedido dada a possibilidade de agregar outras instituições que não integram o Conselho. E que seja elaborado um documento que deixe claro que o ICMBio fez o que devia e que não deve ser o réu da ação pois o que existe é uma impossibilidade política. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) dará um retorno sobre a consulta em Brasília e caso o caminho da pressão via Conselho não seja indicado, Eliana Alves e Sergio Sachet vão iniciar uma articulação independente e junto com outras instituições.

4. Relato da mesa-redonda sobre redelimitação do PNSJ. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) apresenta breve relato sobre a mesa redonda promovida no dia 29 de junho em Urubici, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara de Deputados. O evento foi requerido pelo Deputado Valdir Colatto (MDB/SC) para debater sobre o PL 10.082/2018 que “Redefine o traçado do PNSJ e altera seu nome para Parque Nacional da Serra Catarinense”. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) relata sobre a composição da mesa, sobre alguns dados apresentados pelo Coordenador Bernardo de Brito acerca das edificações que foram incluídas e excluídas em 2016, fala sobre a bancada catarinense estar em unanimidade apoiando o PL, fala que os limites do PL sempre foram divulgados localmente pela gestão, que isso é um direito legítimo dos proprietários a peticionar a alteração de limites, e informa que as tratativas acerca da redelimitação estão sendo feitas a nível de Brasília e que não existe um encaminhamento. Leo Matei fala que no próprio site do ICMBio tem o link kml com os limites do Parque corretos, mas que na lista geral de todos os parques ainda consta o limite de antes de 2016 e solicita que a gestão verifique. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) informa que o entendimento do ICMBio é de que esta proposta de limites não contempla a questão ambiental e que deve haver uma adequação. Expõe seu entendimento de não concordância em reduzir 20% de um Parque Nacional, acha que isso pode gerar jurisprudência, e ainda, que prefere não ter plano de manejo a ter um plano de manejo pautado nestes novos limites. Acha que determinadas áreas muito antropizadas poderiam sair e áreas com empreendimentos turísticos grandes e consolidadas também poderiam ser retiradas. Vanessa



- Matias (IMA) pergunta se o ICMBio tem alguma contraproposta. Paulo Santi (Chefe do PNSJ) esclarece que durante o trabalho da MP foi apresentada outra proposta para adequar e que existe esta possibilidade e necessidade, inclusive a necessidade de conciliação para estabelecimento de uma proposta. **5. Proposta de data para a próxima reunião.** Ficou deliberado o dia 9 de outubro para realização da 22ª reunião do Conselho, a ser realizada em Urubici. Nada mais havendo para tratar, o Senhor Chefe do Parque Nacional de São Joaquim encerra a reunião aproximadamente às 17:30h e para constar, eu, Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo _____ servidora do PNSJ, lavrei a presente, que lida e aprovada será assinada.


Paulo Santi Cardoso da Silva

Chefe PNSJ – Presidente do Conselho Consultivo do PNSJ


Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo

Analista Ambiental – PNSJ

André Luiz Fernandes 
Fundação do Meio Ambiente – FATMA

Vanessa Matias Bernardo 
Fundação do Meio Ambiente – FATMA

Andre Luis Klein 
Fundação de Meio Ambiente de Orlean - FAMOR

Joacir Brighente 
Fundação de Meio Ambiente de Orlean - FAMOR

Jaime Kemper 
Proprietário de Imóveis Barrinha do Aiure, Capivaras Alta e Serra Furada, no Município de Grão – Pará.

Sérgio Sachet Júnior

Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza

Eliana S. Alves

Associação de Proprietários de RPPNs – RPPN Catarinense